

# Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

CNPJ nº: 44.467.456/0001-31

Continuado

	2025	2024
<b>12. Impostos e contribuições a recolher</b>		
PIS a recolher	42	38
COFINS a recolher	193	178
Tributos retidos a recolher	141	235
	<b>376</b>	<b>451</b>
<b>13. Parcelamento de tributos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Parcelamento de PIS e COFINS (a)	1.080	1.316
Parcelamento de INSS (b)	6.469	7.815
	<b>7.549</b>	<b>9.132</b>
Circulante	2.127	2.224
Não circulante	5.422	6.908
	<b>7.549</b>	<b>9.132</b>

(a) Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, sendo o saldo total parcelado em 60 (sessenta) meses e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um percento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcados e as competências de abril e maio de 2023 foram incluídas no parcelamento; (b) O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, sendo o saldo total parcelado em 32 (trinta e dois) meses, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um percento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcados e as competências de abril a outubro de 2023 foram incluídas no parcelamento. **14. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	Complemento	
	2024	2025
Processos trabalhistas	389	458
Processos cíveis	34	-
	<b>423</b>	<b>458</b>

**Perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2025, os processos classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos referem-se basicamente a ações cíveis e trabalhistas, cujos valores discutidos totalizam R\$ 3.180 (R\$ 4.747 em 2024). **15. Patrimônio líquido - 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social é de R\$ 14.600, representado por 14.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais) cada, o capital social está assim distribuído:

	%	Ações	R\$
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A.	54	7.884.000	7.884
Terra Transportes e Participações S/A.	40	5.840.000	5.840
Casa 10 Participações e Empreendimentos Ltda.	6	876.000	876
	<b>100</b>	<b>14.600.000</b>	<b>14.600</b>

Em dezembro de 2025, os sócios da Companhia integralizaram o montante de R\$ 1.453, anteriormente registrado na rubrica de capital a integralizar. **15.2. Reserva legal:** É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal. **15.3. Distribuição de dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido auferido no exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. **15.4. Prejuízos acumulados:** Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de prejuízos acumulados para posterior deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é res-

	2025	2024
<b>16. Receita líquida</b>		
Receita de construção (a)	43.362	13.400
Serviços prestados - Concessão	63.335	59.582
Locações de áreas	7.294	6.420
(-) Abatimentos e serviços cancelados	(89)	(81)
(-) Tributos sobre a receita	(9.699)	(9.066)
	<b>104.203</b>	<b>70.256</b>

(a) A receita de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecida pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

	2025	2024
<b>17. Custos dos serviços prestados:</b>		
Custo de construção - a)	(43.361)	(13.400)
Salários e ordenados	(22.340)	(20.729)
Impostos e encargos com pessoal	(7.646)	(7.350)
Vale alimentação e vale refeição	(3.634)	(2.780)
Outros custos com pessoal	(2.191)	(1.868)
Prestadores de serviços	(10.394)	(10.316)
Serviços públicos	(3.726)	(3.791)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.427)	(1.839)
Depreciação e amortização	(3.118)	(2.682)
Aluguéis	(757)	(698)
Seguros e fianças	(149)	(112)
Viagens e representações	(67)	(78)
Outros tributos, taxas e contribuições	(648)	(948)
Custos gerais	(775)	(774)
(-) QMCL - Quota Manut. Cons. e limpeza	505	513
	<b>(99.728)</b>	<b>(66.852)</b>

(a) O custo de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecido pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

	2025	2024
<b>18. Despesas administrativas e gerais:</b>		
Provisão para demandas judiciais	(35)	(174)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(854)	(264)
Outras despesas	(11)	(13)
	<b>(900)</b>	<b>(451)</b>

**19. Resultado financeiro líquido:**

	2025	2024
Descontos obtidos	5	32
Receitas de aplicações financeiras	757	189
Juros e multas recebidos	265	33
Outras receitas financeiras	110	80
Receitas financeiras	<b>1.137</b>	<b>334</b>
Despesas bancárias	(72)	(342)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(16)	(12)
Juros pagos ou incorridos	(544)	(688)
Multas e correções	(411)	(493)
Outras despesas financeiras	(457)	(296)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.500)</b>	<b>(1.831)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(363)</b>	<b>(1.497)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social - diferido:** Os créditos e débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro e prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
<b>Ativo diferido</b>		
Prejuízos fiscais	12.472	5.027
<b>Passivo diferido</b>		
Encargos financeiros de obras	(4.448)	(961)
<b>(=) Líquido</b>	<b>8.024</b>	<b>4.066</b>

ponsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando o quanto aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais compreendem um período de 5 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira, seleção das taxas de câmbio, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	4.066	3.308
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	3.959	758
<b>Saldo final</b>	<b>8.024</b>	<b>4.066</b>

**21. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir: **21.1. Gerenciamento de risco:** A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. **21.2. Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **21.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras. **22. Cobertura de seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja a cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma: • Seguro garantia R\$ 12.838; • Seguro de responsabilidade civil R\$ 5.000; • Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 7.200. **23. Eventos subsequentes:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

<b>Gilberto Torres de Menezes Júnior</b> Diretor Presidente
<b>Andrea Chaves Guerra</b> Diretora
<b>Eduardo Buzam Júnior</b> Contador - CRC 1SP243887/O-3

controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12 de março de 2026.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-031.269/O-1

**Nelson Varandas dos Santos**  
Contador CRC 1SP-197.110/O-3

**Vanderlei Marcelo Fernandes Junior**  
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

**bakertilly**